Considerando que:

- A) A SPMS, EP, promoveu um procedimento de consulta prévia para a aquisição do upgrade da solução tecnológica instalada para cobertura wireless nos edifícios da Unidade Local de Saúde Matosinhos, EPE;
- B) A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela dotação orçamental conforme nota de encomenda;
- C) A prestação de serviços foi adjudicada pelo Vogal do Conselho de Administração da SPMS, EPE em 14/05/2019 assim como foi aprovada a minuta do presente contrato;
- D) A Entidade adjudicatária aprovou a minuta do presente Contrato em 20/05/2019.

É reciprocamente acordado, livremente aceite e reduzido a escrito o presente Contrato de prestação de serviços, adiante somente designado por "Contrato", de acordo com as Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto do Contrato)

O contrato a celebrar tem por objeto disciplinar as relações contratuais entre a entidade adjudicante e o adjudicatário, mediante a fixação dos termos para a aquisição do upgrade da solução tecnológica instalada para cobertura Wireless nos edifícios da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE, nos termos melhor identificados nas especificações técnicas constantes do Anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Prazo de vigência)

O prazo de vigência do contrato a celebrar por via do presente procedimento, que terá início no dia útil seguinte à sua assinatura, vigora pelo período máximo de 2 (dois) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas a favor da entidade adjudicante, incluindo as de confidencialidade e de garantia, e nos seguintes termos:

- 1) O início dos serviços de instalação deve ocorrer até 4 semanas após a data da adjudicação;
- 2) O prazo de execução dos serviços é de até 1 mês após o início dos serviços de instalação.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Preço contratual)

1. O preço contratual é de **12.876,44 €** (doze mil, oitocentos e setenta e seis euros e quarenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço contratual será o preço a pagar pelo contraente público, em resultado da proposta adjudicada e que inclui todos os custos, encargos e despesas necessários à execução integral do objeto do CONTRATO cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída no presente CONTRATO ao CONTRAENTE PÚBLICO, designadamente os seguintes:
 - a) O pagamento de quaisquer impostos, taxas ou outros encargos de outra natureza exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do CONTRATO, dentro ou fora do território nacional;
 - b) Os meios humanos e materiais necessários ao desenvolvimento e funcionamento dos serviços a contratar, previstos nas cláusulas do presente CONTRATO;
 - c) A obtenção de quaisquer autorizações e o pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas

09.
16
autoridades competentes e relativos ao cumprimento das obrigações contratuais que impendem sobre o adjudicatário.

CLÁUSULA QUARTA

(Revisão de preços)

Não haverá lugar à revisão de preços durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA QUINTA

(Local de prestação dos serviços)

O local de prestação do serviço é nas instalações a indicar pela entidade adjudicante, no horário designado pela mesma, de acordo com as necessidades identificadas.

CLÁUSULA SEXTA

(Dever de Sigilo)

1. O adjudicatário, incluindo todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que com ela tenham alguma relação, deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa às entidades adjudicantes, de que possa ter conhecimento durante a execução dos contratos.
2. A informação e a documentação abrangidas por este dever não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução dos contratos.
3. Exclui-se da aplicação desta cláusula a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força de lei, no âmbito de processo judicial, ou a solicitação de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Plano de Pagamentos)

1. O cronograma financeiro deve estar em conformidade com o cronograma de execução proposto, não havendo lugar a pagamentos antecipados nos termos legais, nem existindo pagamentos anteriores aos testes finais de aceitação superiores a 25%;

2. Os pagamentos ficarão condicionados à validação dos testes de aceitação previstos no Caderno de Encargos.

CLÁUSULA OITAVA

(Cessão da posição contratual e Subcontratação)

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem prévia autorização da entidade adjudicante.
2. A responsabilidade pela execução do objeto do contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do adjudicatário, salvo no caso de cessão da posição contratual devidamente autorizada.
3. O adjudicatário não poderá, por qualquer forma, realizar parte do objeto do contrato por subcontratação, sem prévia autorização da entidade adjudicante.

CLÁUSULA NONA

(Responsabilidade das partes)

1. Cada uma das partes deve cumprir as obrigações emergentes do contrato e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos do caderno de encargos e da lei.
2. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante, pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o adjudicatário deve dar imediato conhecimento à entidade adjudicante, da ocorrência de qualquer diferendo ou litígio com os terceiros subcontratados em relação com a execução do contrato e prestar-lhe toda a informação relativa à evolução dos mesmos.
4. A responsabilidade do prestador de serviços prescreve nos termos da lei civil.

CLÁUSULA DÉCIMA

(Penalidades contratuais)

1. Sem prejuízo da responsabilidade sobre danos excedentes e/ou causados a terceiros, pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato celebrado, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário, por cada incumprimento, o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, até 10% (dez por cento) do preço contratual.
2. Se o conjunto das sanções atingir um valor superior a 20% do preço contratual, entidade adjudicante

09.
16
pode optar pela resolução do contrato.

3. Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário a título de penalidades, relativamente às obrigações cujo incumprimento da respetiva execução tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do presente contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija ao adjudicatário indemnização pelo dano excedente.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA

(Resolução do contrato)

1. O incumprimento das obrigações resultantes do contrato ou a prossecução deficiente do seu objeto por parte do adjudicatário, constitui fundamento de resolução por parte da entidade adjudicante.
2. O exercício do direito de resolução não prejudica o dever de indemnizar a entidade adjudicante pelos eventuais prejuízos resultantes das situações previstas no número anterior.
3. A resolução do contrato é notificada por correio sob registo e com aviso de receção, produzindo efeitos a partir da data da respetiva notificação.
4. A cessação dos efeitos do contrato não prejudica a verificação da responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução da prestação.
5. Em caso de resolução do contrato o adjudicatário é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no âmbito do contrato e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva da entidade adjudicante.
6. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de qualquer das sanções previstas na cláusula 17.^a do caderno de encargos.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA

(Seguros)

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro de acidentes

09.
P
15

pessoais, de quaisquer riscos de acidentes pessoais sofridos pelo seu pessoal, no contexto de ações no âmbito do presente contrato.

2. Os seguros de acidentes pessoais devem prever que as indenizações sejam pagas aos sinistrados ou, em caso de morte, a quem prove ter a elas direito, nos termos da lei sucessória ou de outras disposições legais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA

(Alterações ao contrato)

Qualquer aditamento ou alteração ao CONTRATO só será válido se constar de documento escrito assinado pelos Contraentes, do qual conste expressamente a indicação das cláusulas modificadas ou aditadas.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUARTA

(Deveres de informação)

1. Para além dos específicos deveres de informação consagrados neste CONTRATO, cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do CONTRATO, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, ainda que não constituam força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 3 (três) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA

(Gestor do Contrato)

Será nomeado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato, aquando da assinatura do mesmo, tendo como função o acompanhamento da sua execução nos termos melhor descritos no sobredito artigo do CCP.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEXTA
(Legislação Aplicável e Foro competente)

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no caderno de encargos aplica-se a legislação portuguesa e, em especial, o regime constante do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e alterado pelo DL n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, o qual prevalece sobre as disposições que lhe sejam desconformes.
2. Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

O presente Contrato, composto por 13 (treze) páginas, é feito em duas vias originais, e será assinado por ambas as partes.

14 de junho, de 2019

P' LA

Carlos Manuel Pereira de Jesus

P' LA

Helena da Silva Goncalves

09.
V/A

Anexo I
Especificações Técnicas

Artigo 1.º

Objeto

O presente procedimento tem por objeto o upgrade da solução tecnológica instalada para cobertura Wireless nos edifícios da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, adiante designada por ULSM, para permitir o acesso Wi-Fi às redes corporativa e *guest* a colaboradores, utentes, visitantes e fornecedores.

- 1) A ULSM integra a unidade Hospitalar do Hospital Pedro Hispano e cerca de 10 edifícios dispersos pelo Concelho de Matosinhos onde operam as unidades funcionais dos Cuidados de Saúde Primários.
- 2) A solução a fornecer deverá assegurar:
 - a) Instalação de um upgrade de Access Points à solução de cobertura Wi-Fi instalada;
 - b) Principais características da solução WI-FI instalada:
 - i. Solução baseada em tecnologia do fabricante HPE/Aruba;
 - ii. Solução constituída por 90 Access Points Aruba Instant Dual Radio 802.11ac Wave2 e 4 Power Injectors 802.3at:
 1. 86 Access Points Aruba Instant IAP-305 802.11ac Wave2 (Tipo1) – Zonas Standard;
 2. 2 Access Points Aruba Instant IAP-315 802.11ac Wave2 (Tipo2) – Zonas maior densidade;
 3. 2 Access Points Aruba Instant IAP-325 802.11ac Wave2 (Tipo3) – Zonas auditório;
 4. 4 Power Injectors 802.3at PoE+ 10/100/1000 Ethernet.
 - iii. Solução Wireless “controller-less” - Aruba Instant;
 - iv. Solução de gestão de rede Wireless – Aruba Airwave – licenciado para 100 Access Points.
 - c) A solução a propor deverá igualmente ser desenhada de acordo com as melhores práticas, devendo por isso salvaguardar aspetos de segurança, desempenho, alta disponibilidade e escalabilidade, de forma a garantir a proteção do investimento.

09.
16

Artigo 2.º

Requisitos técnicos do upgrade

1. Quantidade de Access Points (AP's)

- a) No mínimo, 40 Access Points Dual Radio 802.11ac Wave2 com antenas internas – Tipo1 (zonas standard);
- b) 3 Access Points Dual Radio 802.11ac Wave2 com antenas internas – Tipo2 (zonas de maior densidade);
- c) No mínimo, 43 suportes (Mount Kit's) do tipo caixa para fixação de AP em teto/parede em superfície plana;
- d) A instalação física dos AP's na posição indicada no relatório de *Site Survey* é da responsabilidade da ULSM.

2. Especificações técnicas mínimas dos Access Points (AP's)

a) Tipo1 – Zonas Standard

- 2.a.a.1. Access Point (AP) Dual radio 802.11ac Wave2 (2.4Ghz/5Ghz), 3X3:3SS (5Ghz) SU-MIMO, 3X3:2SS (5Ghz) MU-MIMO, concurrent MU-MIMO = 2, VHT 20/40/80;
- 2.a.a.2. Data Rate: máx. 1.3 Gbps (5Ghz), máx. 300 Mbps (2.4Ghz);
- 2.a.a.3. 16 SSID por rádio, 256 clientes por rádio, BLE integrado.

b) Tipo2 – Zonas de maior densidade

- 1.a.i.1.1. Access Point (AP) Dual radio 802.11ac Wave2 (2.4Ghz/5Ghz), 4X4:4SS (5Ghz) SU-MIMO, 4X4:4SS (5Ghz) MU-MIMO, concurrent MU-MIMO = 3, VHT 20/40/80/160;
- 1.a.i.1.2. Data Rate: máx. 1.7 Gbps (5Ghz), máx. 300 Mbps (2.4Ghz);
- 1.a.i.1.3. 16 SSID por rádio, 256 clientes por rádio, BLE integrado.

3. Software de Gestão de rede Wireless

- a) Upgrade do licenciamento Aruba Airwave para mais 43 Access Points;
- b) Suporte para 3 anos 24x7.

Artigo 3.º

Serviços de instalação

- 1) Os serviços a considerar devem seguir uma abordagem e metodologia de gestão de projeto e regras de boa prática na implementação de projetos semelhantes;
- 2) Os serviços devem contemplar o seguinte:
 - a. Gestão de projeto;
 - b. Configuração e testes dos AP's;
 - c. Instalação, configuração e testes do software de gestão;
 - d. Verificação final após instalação física dos AP's;
 - e. A instalação física dos AP's na posição indicada no relatório de *Site Survey* é da responsabilidade da ULSM;
 - f. Documentação de projeto.

Artigo 4.º

Certificações e referências

O proponente deverá apresentar certificados da equipa do projeto na tecnologia proposta.

Artigo 5.º

Formação e documentação

- 1) No prazo máximo de 1 semana após a conclusão da instalação, o adjudicatário deverá entregar à entidade adjudicante, em suporte eletrónico editável, o relatório de instalação, o manual de administração, o manual de utilização da solução e o procedimento com os passos para abrir um pedido de assistência;
- 2) A entidade adjudicante poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referidos nos pontos anteriores.

Artigo 6.º

Testes de aceitação

- 1) A adequação do resultado final da instalação da solução, face aos requisitos estabelecidos e à documentação técnica facultada, será aferida através da realização de testes, a definir pela equipa da ULSM, com a colaboração do adjudicatário;
- 2) O início dos testes deve ocorrer até 1 semana após a entrega da documentação;

09.
16
- 3) Após a obtenção de um resultado satisfatório dos testes, o adjudicatário lavrará um auto de aceitação do fornecimento, onde ficará registada a data de aceitação e a assinatura do adjudicante, bem como a ocorrência de eventuais falhas ou deficiências constatadas na execução do fornecimento.

Artigo 7.º

Garantia, manutenção e suporte

1. Todos os Access Points devem ter os seguintes níveis de garantia mínimos por parte do fabricante:
 - a) Garantia vitalícia do fabricante (até 5 anos após a data de "end of sale");
 - b) Substituição do equipamento em caso de avaria;
2. Todos os Access Points devem ter no mínimo 3 anos de suporte direto por parte do fabricante que inclua:
 - a) Suporte com cobertura 8x5;
 - b) Substituição do equipamento em caso de avaria no dia útil seguinte;
 - c) Acesso a novas versões de firmware;
 - d) Suporte técnico remoto.
3. O software de gestão deve ter no mínimo 3 anos de suporte direto por parte do fabricante que inclua:
 - a) Suporte com cobertura 24x7 em português;
 - b) Acesso a novas versões de software (Minor e Major);
 - c) Suporte técnico remoto.
4. Todos os prazos referidos nos pontos anteriores são contados a partir da data de assinatura do auto de aceitação;
5. A garantia abrange o direito a que sejam corrigidos sem encargos para a entidade adjudicante, por meio de reparação/correção ou de substituição, quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos definidos no âmbito deste Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do fornecimento.

09
K

Artigo 8º
Saúde e Segurança no Trabalho

- 1) O pessoal do adjudicatário deverá apresentar-se devidamente identificado (recolhendo o seu cartão de identificação no Balcão das Visitas);
- 2) O adjudicatário deverá apresentar a sua identificação sempre que solicitado;
- 3) O adjudicatário deverá evidenciar o cumprimento da Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho (Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro – Código do Trabalho – e Lei n.º 98/2009 de 4 de setembro):
 - a) Avaliação de riscos afeta à atividade desenvolvida pelo adjudicatário;
 - b) Registos da vigilância da saúde dos profissionais afetos à ULSM, ao nível dos exames definidos na legislação (exame de admissão, exame periódico e ocasional);
 - c) Apólice de acidentes de trabalho, que deve cobrir situações de acidente com corto-perfurantes e exposição a fluidos potencialmente infetados (risco biológico) e procedimento aplicável aos funcionários do adjudicatário, Lei n.º 98/2009 de 4 de Setembro;
 - d) Assegurar o cumprimento das regras internas de Segurança e Saúde no trabalho em vigor na ULSM (as quais serão divulgadas aquando do início da prestação do serviço);
 - e) No caso de trabalhadores imigrantes, fornecimento dos documentos relativos à sua legalização em Portugal (autorização de permanência).